

# Grandes instituições apóiam essa estratégia

A estratégia do Brasil, de primeiro tentar negociar a dívida externa com os governos e só depois com os bancos, recebe acolhida especialmente favorável no âmbito de grandes instituições internacionais, pródigas nos últimos anos em produzir documentos pregando a necessidade de uma solução duradoura para o endividamento.

Essas organizações — Gatt, Bis, Unctad, Ocde — destacam que até agora as iniciativas de negociações limitam-se a país devedor e banco comercial credor. Do primeiro, pedindo-se medidas de ajuste e liberalização no seu exterior. Do segundo, a retomada do fluxo de créditos. Quanto aos países industrializados, não houve nenhum compromisso.

De fato. Os governos industrializados limitaram-se a confiar ao FMI (Fundo Monetário Internacional) a tarefa de evitar uma crise financeira e bancária de primeira grandeza. Mas as estratégias — como destaca o Bis, Banco de Pagamentos Internacionais — até agora desenhadas mostraram-se inconsistentes. O plano Baker, do governo americano, por exemplo, só faz aumentar a dívida.

Qual o compromisso que as nações industrializadas podem assumir? Essas organizações têm uma resposta bíblica: favorecer o aumento das exportações dos países devedores por meio de políticas macroeconômicas e de dosagem de políticas mo-

netárias e orçamentárias próprias a conciliar taxas de crescimento econômico elevadas e taxas de juros relativamente baixas.

Sublinham essas organizações, portanto, uma solução a longo prazo para o problema da dívida não dependerá só dos esforços dos devedores. Nem da concessão de financiamento dos bancos. O Brasil precisa exportar para ter a possibilidade de crescer e honrar seus compromissos. Nesse sentido, o Gatt (Acordo Geral de Comércio e Tarifas) prega a redução das subvenções à agricultura e à indústria dos industrializados, que concorrem com os produtos dos países em desenvolvimento.

Essas organizações, de qualquer modo, não pecam pelo irrealismo. Elas admitem o quanto a conjuntura mundial é difícil para a acomodação de interesses. Por exemplo: um crescimento de 5% nos países devedores só pode ser obtido se eles aumentam em 20% as exportações para os mercados industrializados ou se reduzem em um terço as importações. No primeiro caso, isso parece impensável no momento, por causa do desequilíbrio externo entre os próprios industrializados. No segundo, seria um sério revés para a economia mundial.

Muita discussão ainda virá, portanto. Mas o encaminhamento político do problema da dívida, sem dúvida, recebe mais e mais adesões.

**Assis Moreira, de Genebra**